



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

264
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0009620-47.2010.8.17.1130

Apelação Cível nº 326.272-2 - 4ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

Apelante: TNL PCS S.A

Advogado: Erik Limongi Sial

Apelado: Danilo Silva Fonseca

Advogado: Pamela Vivas Durando

Relator: Des. Tenório dos Santos

EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. TELEFONIA MÓVEL. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE PLANO DE INTERNET. DEMONSTRAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO. LICITUDE DA COBRANÇA. INSCRIÇÃO DO NOME DA PARTE NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PARTE DO VALOR DEVIDO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL. DECISÃO REFORMADA. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS E DEVIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS COM BASE NO CAPUT DO ART. 21 DO CPC. ALTERAÇÃO DO MONTANTE INSCRITO NO SPC/SERASA. APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. "A cobrança de serviço de internet móvel, ainda que não contratado, porém disponibilizado, enseja a cobrança pela utilização, demonstrando a legalidade da cobrança. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70056986789, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 19/12/2013, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/01/2014)";



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

265
M

Apelação Cível nº 326.272-2

2. Cobrança da fatura de R\$ 1.861,03 foi devida, pois comprovada nos autos a utilização da internet móvel pela parte (fls. 13/14), ainda que não contratada, enquanto que a cobrança da fatura de R\$ 1.054,71 se apresenta indevida, pois não demonstrada a utilização do serviço pelo autor.;
3. Sendo assim, não há que se falar em danos morais pela negativação da fatura de R\$ 1.054,71, uma vez que a inscrição da outra fatura foi legítima, ou seja, ao ser negativado por essa fatura com vencimento em 05/03/2010, o autor já devia a fatura anterior de 03/02/2010, e, como a inscrição foi conjunta e parte dela era legítima, não há dano moral, pelo que deve ser reformada a sentença nesse sentido;
4. Com relação aos danos materiais condenados na sentença, observa-se da documentação acostada às fls. 17, 19 e 21/33, que foram cobrados nas faturas valores denominados "total em mensagens/internet móvel" de forma genérica, não havendo detalhamento destas faturas que comprovem a utilização do serviço pela parte autora, de modo que, tendo o mesmo pago esses valores, e, não tendo a empresa comprovado a utilização do serviço pelo usuário, apresenta-se correta a sentença, pelo que deve ser restituído o autor na forma simples;
5. No que tange ao pedido de redução da condenação do percentual de honorários advocatícios, tem-se que deve ser alterada a sentença nesse ponto, uma vez que deve ser aplicado o *caput* do art. 21 do CPC, pois cada litigante foi em parte vencedor e vencido, pelo que deve ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

6. Com relação ao pedido de retirada do nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito, tem-se que a anotação deve permanecer, devendo, contudo, ser alterado o seu valor, uma vez que a negativação está correspondendo a duas faturas que totalizam R\$ 2.915,74, e como somente a de R\$ 1.861,03 é devida, a anotação deve ser neste montante;

7. Apelo parcialmente provido por unanimidade de votos;

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 326.272-2, em que é Apelante TNL PCS S/A, e, Apelado, Danilo Silva Fonseca, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, por unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso de apelação**, para reformar a sentença vergastada no que tange à cobrança da fatura de R\$ 1.861,03 que é devida, permanecendo, contudo, cancelada a cobrança da fatura de R\$ 1.054,71, e, indevida a indenização por danos morais arbitrada na sentença, sendo, contudo, devidos os danos materiais, e, modificados os honorários e custas com base no caput do art. 21 do CPC, tudo de acordo com o voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 25/5/14.

Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0009620-47.2010.8.17.1130

Apelação Cível nº 326.272-2 - 4ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

Apelante: TNL PCS S.A

Advogado: Erik Limongi Sial

Apelado: Danilo Silva Fonseca

Advogado: Pamela Vivas Durando

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por **TNL PCS S.A** contra sentença proferida na Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais c/c Pedido de Antecipação de Tutela, proposta por **Danilo Silva Fonseca**, que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando a empresa a retirar o nome da autora dos Cadastros de Restrição ao Crédito, bem como no pagamento de indenização por danos morais no valor de 10 (dez) salários-mínimos, correspondendo ao montante de R\$ 6.780,00 (seis mil setecentos e oitenta reais), bem como na devolução da importância paga, na forma simples, a guisa de dano material, no valor de R\$ 152,95 (cento e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos), corrigidos monetariamente desde a citação, e, acrescidos de juros de mora desde a data dos descontos, e, ainda, honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Irresignada, a Ré/Apelante apresentou seu recurso às fls. 203/237, no qual afirma que a cobrança do serviço denominado "Portal Wap" ou "OI GPRS", apesar de não contratado pelo autor, é disponibilizado ao usuário e pode ser acessado diretamente pelo aparelho de telefone celular, o que teria sido o caso dos autos, de modo que seria devida a cobrança do serviço utilizado, bem como o bloqueio da linha telefônica pela falta de pagamento.

Aduz que tal conduta não teria o condão de causar danos morais ao autor, pois não teria sido praticado pela empresa de telefonia o ilícito apontado na sentença, estando, assim, ausente os requisitos à configuração dos danos morais.

Afirma ainda a inexistência de prejuízos materiais, não havendo comprovação dos alegados danos, bem como da suposta negativação.

Alega também a excessividade do *quantum* fixado a título de indenização por danos morais, devendo este ser reduzido, por não ser compatível com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por fim, requer a reforma da condenação em honorários advocatícios, diante de eventual procedência do pedido inicial, para que seja balizada a sucumbência consoante o §3º, do art. 20 do CPC.

Contrarrazões do Apelado ao Recurso de Apelação às fls. 244/245, requerendo a manutenção da sentença.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Às fls. 252, o apelado adentrou com petição informando que, apesar da sentença prolatada desde 05.09.2013, até o presente momento o seu nome não teria sido retirado do SPC e SERASA, pelo que requer sejam as mesmas oficiadas de imediato para exclusão da negativação, sob pena de multa diária.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 08/11/14.

Tenório dos Santos

Des. Relator



267
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0009620-47.2010.8.17.1130

Apelação Cível nº 326.272-2 - 4ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

Apelante: TNL PCS S.A

Advogado: Erik Limongi Sial

Apelado: Danilo Silva Fonseca

Advogado: Pamela Vivas Durando

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Primeiramente cumpre esclarecer que o autor aderiu ao plano "OI CONTA TOTAL 3", que inclui duas linhas móveis, uma fixa e uma rede de banda larga vinculada ao telefone fixo.

Com a negativa da parte autora quanto à utilização dos serviços de internet "móvel" cobrados pela ré, cabia a esta comprovar a contratação do mesmo.

Da leitura da documentação acostada aos autos, verifica-se do detalhamento da conta de R\$ 1.861,03 (um mil oitocentos e sessenta e um reais e três centavos), de fls. 10/16, que houve utilização de internet móvel pela linha do autor, uso esse que foi especificado e minuciosamente detalhado às fls. 13/14, totalizando um débito de R\$ 1.188,99 (um mil cento e oitenta e oito e noventa e nove centavos).

Fórum Tomaz de Aquino, 3º andar, sito à Av. Martins de Barros, nº593 - Bairro de Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50.020-040 - Fone: 3419.3721.



268
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

De fato, é notório que, dependendo do modelo do aparelho de celular, pode-se acessar a internet independentemente de se ter um plano com a operadora. Nestes casos, o usuário paga por cada utilização individual. Sendo certo, ainda, que as operadoras oferecem pacotes de internet móvel justamente por ser mais vantajoso para o usuário do que a utilização individual.

Por outro lado, tem-se que mesmo quando não contratado o serviço, uma vez utilizado pelo usuário, o mesmo deve arcar com seu respectivo pagamento. Neste sentido, já tem se posicionado a jurisprudência recente:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TELEFONIA MÓVEL. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE PLANO DE DADOS. DEMONSTRAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA INTERNET. AUSÊNCIA DE ILICITUDE DA COBRANÇA. A cobrança de serviço de internet móvel, ainda que não contratado, porém disponibilizado, enseja a cobrança pela utilização, demonstrando a legalidade da cobrança. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70056986789, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 19/12/2013, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/01/2014)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

26
M

CONSUMIDOR. REPARAÇÃO DE DANOS. **SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL E INTERNET. COBRANÇA DO SERVIÇO DENOMINADO "VIVO WAP". SERVIÇO NÃO GRATUITO DISPONIBILIZADO AO USUÁRIO E QUE PODE SER ACESSADO DIRETAMENTE PELO APARELHO DE TELEFONE CELULAR, SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONTRATAÇÃO. FRUIÇÃO PELA CONSUMIDORA DESMONSTRADA. AUSÊNCIA DE ILICITUDE NA COBRANÇA. PRECEDENTES DESTAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA REFORMADA, PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO PROVIDO.** (Recurso Cível Nº 71004055174, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 10/07/2013, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/07/2013)

Assim, nos autos restou devidamente comprovada a utilização da internet móvel pelo autor (vide fls. 13/14) durante o período compreendido entre 03.12.2009 a 03.01.2010, que resultou na fatura com vencimento em 16.01.2010, no montante de R\$1.861,03. Tal cobrança não pode ser considerada indevida, uma vez que restou comprovada a utilização do serviço, ainda que não contratado pela parte.

Por outro lado, tem-se que a cobrança por um todo realizada pela apelante foi relativa a duas contas, sendo esta de R\$ 1.861,03 (um mil oitocentos e sessenta e um reais e três centavos), e, a outra de R\$ 1.054,71 (um mil e cinqüenta e quatro reais e setenta e um centavos), totalizando R\$ 2.915,74 (dois mil novecentos e quinze reais e setenta e quatro centavos).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

270
M

Nesse contexto, tem-se que a cobrança e a negativação realizada pela empresa de telefonia referente a fatura de R\$ 1.054,71 não se encontra detalhada nos autos, e, por conseguinte, não se pode presumir que o serviço foi utilizado pelo autor/apelado, no período a que a mesma se refere.

A empresa ré não se desincumbiu de tal ônus, de modo que se reputa indevida essa cobrança de R\$ 1.054,71, pois o ônus da prova, nestes casos, é da empresa apelante, primeiro porque deve provar aquilo que alega e segundo pela inversão do ônus da prova assentida no CDC, sendo a hipótese um caso óbvio de relação de consumo, o que traz mais uma vez a responsabilidade da comprovação da relação contratual para a empresa.

Resumindo-se, a cobrança da fatura de R\$ 1.861,03 foi devida, pois comprovada nos autos a utilização da internet móvel pela parte (fls. 13/14), ainda que não contratada, enquanto que a cobrança da fatura de R\$ 1.054,71 se apresenta indevida, pois não demonstrada a utilização do serviço pelo autor.

Nesse diapasão, observa-se que a empresa ré não poderia ter negativado o autor pela fatura de R\$ 1.054,71, contudo, poderia ter negativado pela fatura de R\$ 1.861,03, cujo vencimento, segundo o documento de fls. 09, é anterior ao da mencionada fatura indevida.

Sendo assim, não há que se falar em danos morais pela negativação da fatura de R\$ 1.054,71, uma vez que a inscrição da outra fatura foi legítima, ou seja, ao ser negativado por essa fatura com vencimento em



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

05/03/2010, o autor já devia a fatura anterior de 03/02/2010, e, como a inscrição foi conjunta e parte dela era legítima, não há dano moral.

Para melhor análise, deve-se levar em consideração o teor da súmula 385 do STJ:

Súmula 385/STJ – "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

Com efeito, comprovada a utilização pelo autor dos serviços de internet móvel da fatura de fls. 10/16, não resta caracterizada a inclusão indevida do seu nome nos órgão de proteção ao crédito, já que, estando inadimplente, o credor age no exercício regular do seu direito em inscrever o seu nome nos órgãos responsáveis, mesmo se uma parte do valor não era devida, fato este que não desnatura o restante da dívida. Somente acarretaria responsabilidade de indenizar se comprovado estivesse o pagamento realizado em data anterior a da negativação. Neste sentido:

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PRECEITO COMINATÓRIO - IMPROCEDÊNCIA - DÉBITO EXISTENTE - QUITAÇÃO NÃO DEMONSTRADA - COBRANÇA DEVIDA - INEXISTÊNCIA DE OFENSA MORAL QUANTO A EVENTUAL REGISTRO NEGATIVO - EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO ATRIBUÍDO AO CREDOR. - Se a parte autora não se



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

272
M

desincumbiu do ônus de comprovar suas alegações, ao contrário, tendo sido demonstrada a existência de débito com a parte ré, não há que se falar em inexigibilidade da cobrança. - A inscrição negativa da parte inadimplente com suas obrigações, em órgãos de restrição creditícia, não acarreta indenização por danos morais, tendo em vista o exercício regular de um direito previsto nos artigos 42 e 43 do Código de Defesa do Consumidor. (TJMG - AP. C. Nº 1.0145.09.539904-7/001, Relator: Des. Otávio Portes, J. 06/07/2011)

No caso dos autos, duas faturas provocaram a inscrição do nome do autor nos órgãos de restrição de crédito, sendo certo que parte desse valor era devido, de modo que não se verifica abusividade na atitude da ré/apelante a ponto de gerar indenização por dano moral.

Com relação aos danos materiais condenados na sentença, observa-se da documentação acostada às fls. 17, 19 e 21/33, que foram cobrados nas faturas valores denominados "total em mensagens/internet móvel" de forma genérica, não havendo detalhamento destas faturas que comprovem a utilização do serviço pela parte autora, de modo que, tendo o mesmo pago esses valores, e, não tendo a empresa comprovado a utilização do serviço pelo usuário, apresenta-se correta a sentença, pelo que deve ser restituído o autor na forma simples.

No que tange ao pedido de redução da condenação do percentual de honorários advocatícios, tem-se que deve ser alterada a sentença

6



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos


nesse ponto, uma vez que deve ser aplicado o *caput* do art. 21 do CPC, pois cada litigante foi em parte vencedor e vencido, pelo que deve ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas.

Com relação ao pedido de retirada do nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito, tem-se que a anotação deve permanecer, devendo, contudo, ser alterado o seu valor, uma vez que a negativação está correspondendo a duas faturas que totalizam R\$ 2.915,74, e como somente a de R\$ 1.861,03 é devida, a anotação deve ser neste montante.

Ante o exposto, dá-se **provimento parcial** ao apelo para reformar a sentença vergastada no que tange à cobrança da fatura de R\$ 1.861,03 que é devida, pois comprovada nos autos a utilização da internet móvel pela parte (fls. 13/14), ainda que não contratada, permanecendo, contudo, cancelada a cobrança da fatura de R\$ 1.054,71, que é indevida, pois não demonstrada a utilização do serviço pelo autor, sendo, contudo, indevida a indenização por danos morais arbitrada na sentença, e, devidos os danos materiais.

É como se vota.

Recife, 29/5/14.


Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0326272-2 - 4ª Vara Cível de Petrolina

Apelante: TNL PCS S.A (OI)

Apelado: Danilo Silva Fonseca

Revisor Substituto: Dês. Evandro Magalhães Melo

VOTO DE REVISÃO:

A presente hipótese trata de recurso de apelação desafiado a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível de Petrolina que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais c/ Pedido de Antecipação de tutela movida por Danilo Silva Fonseca, julgou procedentes os pedidos autorais para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 6.780,00 (seis mil setecentos e oitenta reais), sofridos em decorrência da suspensão do serviço e inscrição indevida no cadastro de restrição creditícia, ao ressarcimento na forma simples do dano material apurado, bem como à retirada dos dados do autor do cadastro de devedores. Honorários advocatícios fixados na proporção de 10% em favor da advogada do autor.

Em seu recurso, a TNL PCS S.A (OI) afirma que o MM Juízo de primeira instância não proferiu julgamento consentâneo à realidade fático-jurídica da demanda, insubsistente a conclusão sobre a existência de cobrança indevida e consequente caracterização de danos morais e materiais. Reforça as teses da contestação pugnando pela reforma total da sentença e acrescenta os pleitos: i. redução do *quantum* indenizatório fixado a título de danos morais e alteração da incidência da atualização monetária para a data da prolação da sentença, ii. Arbitramento dos honorários sucumbenciais consoante art. 20, §3º, do CPC.

Analiso, inicialmente, a arguição do apelante de que a sentença baseou-se em argumentos e fundamentos não consentâneos com o acervo fático-probatório dos autos.

Verifica-se que a apelante, prestadora do serviço, não questiona a ausência de previsão contratual da cobrança. Ao contrário, confirma que o serviço é disponibilizado sem qualquer pactuação, mas reputa sua conduta como legítima atribuindo o erro ao consumidor. Alega ainda que a autora tinha pleno



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

275
2
M

conhecimento de que a utilização do serviço denominado "Portal WAP" ou "OI GPRS" geraria cobranças, cabendo-lhe não utilizar o serviço se não o desejasse.

De fato, é de conhecimento geral que a utilização de tais serviços gera contraprestação pecuniária, e que os aparelhos com tecnologia compatíveis são capazes de acessar remotamente a internet através da operadora da linha móvel, independentemente de adesão a pacote de internet.

Da análise da documentação acostada, verifica-se que ocorreu a efetiva utilização no período de 03.12.2009 a 03.01.2010 do serviço de internet móvel através da linha utilizada pelo autor, uso esse registrado de forma detalhada na conta no valor de R\$ 1.861,03 (mil oitocentos e sessenta e um reais e três centavos).

Assim sendo, entendo exigível o valor acima, tornando a cobrança legítima, mesmo se tratando de serviço não contratado.

De outro lado, o juiz sentenciante deixou de considerar separadamente as faturas integrantes da dívida inscrita no SPC/SERASA. Uma delas com vencimento em 03.02.2010 no valor de R\$ 1.861,03 (mil oitocentos e sessenta e um reais e três centavos) e a outra com vencimento em 05.03.2010 no valor de R\$ 1.054,71 (Mil e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos). Comprovada nos autos a utilização do serviço de internet na primeira fatura, incumbia a demandada provar a existência de consumo efetivo na segunda fatura, seja por envolver fato negativo (art. 333, II, do CPC), seja por força do disposto no art. 6º, VIII, do CDC.

No entanto, na documentação acostada às fls.152/153 a apelante apenas junta telas que informam ausência de registro de inadimplência em nome do cliente, as quais divergem da informação prestada pela parte (fl. 35) e pelo órgão de proteção ao crédito, através de ofício de resposta nos autos (fls. 175/176).

Dessa forma, impõe-se o reconhecimento da referida cobrança como indevida, não havendo como presumir que o serviço foi efetivamente utilizado pelo apelado no período referido.

Ante o ora explicitado, reconheço como devida a negativação apenas pela fatura de R\$ 1.861,03, comprovada nos autos a utilização do serviço de internet/mensagem; e indevida a inscrição do débito de R\$ 1.054,71. Imperioso reconhecer também como indevida a indenização por danos morais deferida pelo MM. Juiz sentenciante, uma vez que a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

inscrição da primeira fatura foi legítima, não havendo o que se falar em retirada do nome do autor do SPC/SERASA, cabível apenas a alteração do valor.

No que tange aos danos materiais, a repetição de indébito merece permanecer.

Da análise dos autos é possível aferir que o banco, prestador do serviço e detentor do ônus da prova, não acostou aos autos prova da efetiva utilização do serviço de internet móvel/mensagens pela apelada. Restringiu-se a afirmar que se a apelada foi cobrada é porque o serviço foi utilizado pelo cliente no exercício de sua discricionariedade.

A apelada, ora autora, fez prova suficiente dos pagamentos por ela efetuados apresentando os comprovantes de pagamento das contas, inclusive, comprovantes de períodos distintos (fls. 17/30). Assim, resta incontroverso, conforme decisão do juízo *a quo*, seu direito de reaver, na forma simples, o despendido no pagamento de tais serviços, descritos na parte final da sentença.

Quanto ao pedido de redução da condenação em honorários, caracterizada a sucumbência recíproca, devendo ser aplicado o caput do art. 21 do CPC.

Diante do exposto e considerando tudo mais que dos autos consta, meu voto é pelo **PARCIAL PROVIMENTO DO APELO** a fim de manter o cancelamento da cobrança indevida da fatura no valor de R\$ 1.054,71 e os danos materiais; reformar a sentença vergastada para reconhecer devida a cobrança da fatura no valor de R\$ 1.861,03, haja vista comprovada a efetiva utilização; bem como para afastar a indenização por danos morais arbitrados na sentença.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014


Dês. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado